

# MAPFRE RE DO BRASIL COMPANHIA DE RESSEGUROS

CNPJ nº 01.396.770/0001-68



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Prezados Srs. Acionistas,**  
Em cumprimento às disposições legais e societárias, submetemos à apreciação de V. Sas, as demonstrações financeiras relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, elaboradas conforme normas internacionais de contabilidade parametrizadas na forma da legislação societária, das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do relatório dos auditores independentes da **MAPFRE RE DO BRASIL Companhia de Resseguros**. Informamos que apresentamos o detalhamento das deliberações das Assembleias de Acionistas referente à movimentação do Patrimônio Líquido na nota explicativa nº 12. **Desempenho das Operações:** Os prêmios de resseguros líquidos de comissão atingiram R\$ 234,7 milhões, enquanto os Prêmios Ganhos atingiram R\$ 190,7 milhões com aumento de 18% em relação ao mesmo período do ano anterior. O índice de sinistralidade geral ficou em 78% as despesas com corretagem

## BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2012	2011
<b>Circulante</b>		<b>550.756</b>	<b>356.582</b>
<b>Disponível</b>		<b>28.584</b>	<b>13.085</b>
Caixa e bancos		26.419	10.441
Equivalentes de caixa		2.165	2.644
<b>Aplicações</b>	<b>5/15</b>	<b>134.345</b>	<b>110.633</b>
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>		<b>165.157</b>	<b>88.354</b>
Prêmios a receber	6	73.050	35.797
Operações com seguradoras		64.504	43.962
Operações com resseguradoras		27.603	8.595
<b>Ativos de resseguros - provisões técnicas</b>	<b>14</b>	<b>211.972</b>	<b>138.878</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>10.695</b>	<b>5.629</b>
Títulos e créditos a receber	7	7	-
Créditos tributários e previdenciários	7	10.590	5.540
Outros créditos		98	89
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>3</b>	<b>3</b>
<b>Ativo não circulante</b>		<b>176.042</b>	<b>56.463</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>171.326</b>	<b>51.610</b>
<b>Aplicações</b>	<b>5/15</b>	<b>57.188</b>	<b>50.504</b>
<b>Ativos de resseguros - provisões técnicas</b>	<b>14</b>	<b>114.138</b>	<b>1.106</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>8</b>	<b>4.686</b>	<b>4.898</b>
Imóveis de uso próprio		4.242	4.305
Bens móveis		454	504
<b>Intangível</b>	<b>8</b>	<b>20</b>	<b>44</b>
Outros Intangíveis		20	44
<b>Total do ativo</b>		<b>726.798</b>	<b>413.045</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

atingiram 0,9%, e as despesas administrativas representaram 3,2% dos Prêmios Ganhos, permanecendo no mesmo patamar do exercício anterior. O resultado de retrocesso ficou em 72% dos prêmios ganhos, esse incremento é devido à ocorrência de grandes sinistros que são recuperados pelo contrato de proteção de retrocesso. O lucro líquido do período atingiu R\$ 17,3 milhões apresentando um incremento de 31% em relação ao de 2011, demonstrando que a política de subscrição desempenhou sua função na busca de consolidação do resultado aliado ao desenvolvimento tecnológico das operações da Resseguradora. **Perspectivas e Planos Futuros:** Uma vez consolidado o mercado aberto de resseguros e as atividades da Empresa, a estratégia da companhia é de manter a prudente política de subscrição, aproveitar as oportunidades de negócios, controle das despesas administrativas, contribuir para a estabilização das regras aplicáveis à atividade de resseguro e das práticas de mercado, focando na solvência, lucratividade e nas boas práticas de mercado que caracterizam a MAPFRE RE em sua atividade

Passivo	Nota	2012	2011
<b>Circulante</b>		<b>449.674</b>	<b>308.759</b>
<b>Contas a pagar</b>		<b>15.743</b>	<b>8.112</b>
Obrigações a pagar		5.559	533
Impostos e encargos sociais a recolher		1.019	986
Encargos trabalhistas		470	438
Impostos e contribuições		8.695	6.155
<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>		<b>87.008</b>	<b>52.873</b>
Operações com resseguradoras	17	87.005	52.714
Corretores de resseguros		533	159
<b>Depósitos de terceiros</b>	<b>10</b>	<b>75.691</b>	<b>22.163</b>
<b>Provisões técnicas - resseguradoras</b>	<b>14</b>	<b>270.702</b>	<b>225.611</b>
<b>Passivo não circulante</b>		<b>163.344</b>	<b>2.014</b>
<b>Contas a pagar</b>		<b>2.674</b>	<b>-</b>
Impostos e contribuições	11	2.674	-
<b>Provisões técnicas - resseguradoras</b>	<b>14</b>	<b>160.670</b>	<b>2.014</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>12</b>	<b>113.780</b>	<b>102.272</b>
Capital social	12	84.840	80.259
Aumento de capital (em aprovação)		-	4.581
Reservas de lucros		28.940	17.432
<b>Total do passivo</b>		<b>726.798</b>	<b>413.045</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

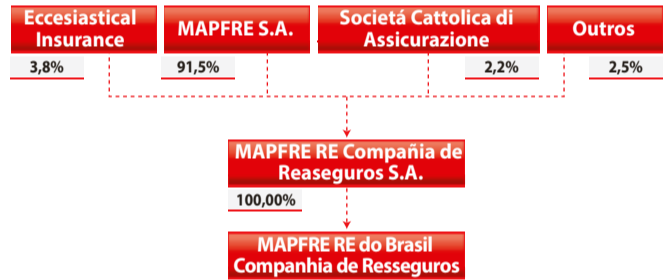
	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Legal	Reserva de lucros Estatutária	Lucros acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>76.277</b>	<b>3.982</b>	<b>761</b>	<b>8.801</b>	<b>-</b>	<b>89.821</b>
Aumento de capital aprovado pela Portaria SUSEP/CGRAT nº 1.196 em 17 de março de 2011		3.982	-	-	-	-
Aumento de Capital em aprovação - AGE de 31 de dezembro de 2011		4.581	-	-	-	4.581
Lucro líquido do exercício		-	-	-	13.259	13.259
Distribuição do lucro do exercício:						
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(5.389)	(5.389)
Reserva legal		-	-	-	(663)	-
Reservas estatutária		-	663	-	(7.207)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>80.259</b>	<b>4.581</b>	<b>1.424</b>	<b>16.008</b>	<b>-</b>	<b>102.272</b>
Aumento de capital aprovado Portaria SUSEP/CGRAT nº 4.647 em 12 de junho de 2012		4.581	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	17.388	17.388
Distribuição do lucro do exercício:						
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(5.880)	(5.880)
Reserva legal		-	869	-	(869)	-
Reservas estatutária		-	-	10.639	(10.639)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>84.840</b>	<b>-</b>	<b>2.293</b>	<b>26.647</b>	<b>-</b>	<b>113.780</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros, (doravante designada por "Resseguradora" ou "Companhia"), com sede no Brasil e matriz domiciliada à Rua Olimpíadas, 242, São Paulo, Capital, CNPJ 01.396.770/0001-68, que tem como objetivo social: (a) as atividades de resseguro e retrocesso, tal como previsto na legislação em vigor; e (b) todas as atividades necessárias ao desenvolvimento das atividades previstas no item (a) acima. A Companhia foi constituída em 7 de agosto de 1996 pela sociedade MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. e ITSEMAP do Brasil Serviços Tecnológicos MAPFRE Ltda., através de quotas de responsabilidade limitada com a denominação social de MAPFRE RE Assessoria Ltda., a qual iniciou suas operações em 2 de setembro de 1996, tendo como objeto social a prestação de serviços de assessoramento, consultoria e gestão na área de resseguro e operações a ela relacionadas em todo o território nacional, formação e capacitação técnica de pessoal relacionada à área de resseguro e participação em outras sociedades, como sócia quotista ou acionista. Em 14 de novembro de 2008, através da portaria SUSEP nº 3.094, a MAPFRE RE Assessoria Ltda. passou a denominar MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros, teve a alteração do tipo jurídico, de sociedade limitada para sociedade anônima fechada e concedeu a Resseguradora autorização para operar como Resseguradora local nos termos do artigo 2º, inciso V, da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007. O controle acionário da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros é exercido pela MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A., sociedade organizada e existente de acordo com as leis da Espanha, tendo 99,99% de participação societária nas ações ordinárias da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros.



MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.

MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros

### 2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 430, de 5 de março de 2012, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2012, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP", sendo 2011, portanto, o primeiro ano de adoção integral dos CPCs homologados pela SUSEP. A Circular SUSEP nº 430/12 revoga a Circular SUSEP nº 424/11. Conforme anexo III da Circular SUSEP nº 430/12, a demonstração de fluxo de caixa (DFC), está sendo divulgada pelo método direto. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2013.

**b) Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de 31 de dezembro de 2011, conforme disposições do CPC nº 21 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos e da Circular SUSEP nº 430/12. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Resseguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **d) Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais do balanço patrimonial: (i) ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; e, (iii) provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. **e) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Resseguradora. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo. **f) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 3 - Instrumentos financeiros; • Nota 3 - Classificação dos contratos de resseguros e de investimento; • Nota 3 - Mensuração dos contratos de resseguros; • Nota 3 - Custos de aquisição diferidos; • Nota 3 - Provisões técnicas; • Nota 3 - Teste de adequação dos passivos; • Nota 7 - Prêmios a receber e retrocedidos (EPI). **g) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem as seguintes premissas: i) espera-se que seja realizado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Companhia; e, • está materialmente essencialmente com o propósito de ser negociado.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão documentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o numerário disponível em caixa, saldos positivos em conta movimento, investimentos financeiros resgatáveis compreendidos no prazo de 90 dias entre a data de aquisição e vencimento, com risco insignificante de alteração de seu valor de mercado, e que não afetem a vinculação com os ativos garantidores das provisões técnicas. **b) Instrumentos financeiros:** A Resseguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. **i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Resseguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:** Compreendem os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. **iv. Empréstimos e recebíveis:** Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de resseguros, tais como os saldos de prêmios a receber de seguradoras e valores a receber e direitos junto a resseguradores, que são avaliados, periodicamente, quanto a sua recuperabilidade. Existindo evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável essa perda é reconhecida no resultado do exercício. **v. Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 5. **a) Instrumentos financeiros derivativos:** Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **i. Contratos de resseguros:** Quando um derivativo embutido é identificado, a Resseguradora deve analisar se o instrumento principal é avaliado ao valor justo de mercado (onde o instrumento financeiro derivativo não é bifurcado e contabilizado separadamente ao valor justo de mercado nas demonstrações financeiras). A Resseguradora efetua uma análise dos contratos de seguro e contratos de resseguro para avaliação da existência de derivativos embutidos. Nenhum derivativo embutido foi identificado para os períodos apresentados. **c) Prêmios de resseguros e custo amortizado diferido:** Os prêmios de resseguros, os prêmios cedidos e as despesas de comercialização correspondentes às operações de resseguro são registrados na data da emissão dos contratos. Nos casos em que os prêmios de resseguro são determinados por referência aos seus valores auferidos pela cedente (EPI), os prêmios e comissões são registrados por estimativa e revertidos no momento em que recebemos as prestações de contas com os valores reais enviados pelas cedentes, fato gerador da emissão de prêmios de resseguros. Essas estimativas são recalculadas mensalmente. Os prêmios de resseguro, os prêmios cedidos em retrocesso e as correspondentes despesas e receitas de comercialização, são apropriados aos resultados ao longo do período de cobertura dos riscos ressegurados. **d) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Resseguradora, sendo demonstrado pelo custo histórico. O custo anteriormente registrado foi utilizado como custo atribuído na adoção das normas homologadas pelo CPC como isenção opcional permitida pelo CPC 37 para a primeira adoção. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo (exceto para terrenos, cujo ativo não é depreciado) até a data de cada fechamento. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um componente separado do ativo imobilizado, somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com o item do ativo irão fluir para a Resseguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Quando ocorre a substituição de um determinado componente ou 'parte' de um componente, o item substituído é baixado, apropriadamente. Todos os outros gastos de

reparo ou manutenção são registrados no resultado do exercício, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Resseguradora estão divulgadas abaixo:

Grupo de ativo	Vida útil estimada	% por ano
Imóveis	50	2
Móveis e utensílios	5	20
Benefícios	5	20
Veículos	5	20
Equipamentos	5	20

A Administração da Resseguradora considerou adequada à sua realidade a manutenção dos prazos de estimativa de vida útil anterior à aplicação das normas contábeis adotadas pela Lei 11.638/07, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em virtude do histórico de ganhos irrelevantes no momento da alienação, troca ou descarte desses bens. **e) Intangível:** Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: - É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso; - A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo; - O software pode ser vendido ou usado; - Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros; - Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; - O gasto atribuído ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. **f) Redução ao valor recuperável:** **Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. **Ativos não financeiros:** Ativos sujeitos a depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de resseguros) são avaliados por imparidade e quando ocorrerem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável integralmente. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **g) Contas a pagar:** O contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), ou no passivo não circulante se este período for superior a um ano. O contas a pagar é inicialmente reconhecido pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, é normalmente reconhecido pelo valor das faturas correspondentes. **h) Teste de adequação do passivo:** Conforme requerido pelo CPC 11 a cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de resseguros deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de resseguros. A Superintendência de Seguros Privados instituiu e definiu as regras para a elaboração deste teste por meio da Circular nº 457/2012. Para esse teste, a Resseguradora elaborou uma metodologia que considera à sua melior estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas correntes para o item. Os fluxos de caixa futuros foram definidos a partir de seguimento de negócios e premissas alinhados com a sua gestão dos riscos de resseguro, considerando-se a experiência do Grupo Empresarial da Resseguradora no Brasil e na América Latina. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente, a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer deficiência no teste em referência, a Resseguradora registra a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício. O teste realizado na data-base das demonstrações financeiras não revelou insuficiência das provisões técnicas em relação aos fluxos de caixa projetados. **i) Outros passivos, ativos e passivos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. Atualmente a Companhia não participa de nenhuma ação como parte ativa ou passiva, seja esta relacionada a contingente de natureza trabalhista, cível ou tributária. **ii) Patrimônio Líquido:** **Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor capital, líquida de impostos. **Distribuição e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Para fins de divulgação é realizada a demonstração a título de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DML) conforme estabelecido pela SUSEP. O benefício tributário dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado. **Dividendos:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido anual ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos são reconhecidos quando pagos ou quando sua distribuição

é deliberada pelo acionistas. **Reserva legal:** É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, na base de 5% do lucro líquido no final de cada exercício até atingir 20% do capital social. **Reservas estatutárias:** O montante de lucros não destinado à remuneração dos acionistas e a reserva legal será afetado em reservas estatutárias, até o limite do capital social no final de cada exercício. **k) Imposto de renda contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, contra os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis. **l) Apreciação do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. **Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos cancelamentos, devoluções, abatimentos e dos descontos concedidos. O reconhecimento ocorre quando: i) o valor desta pode ser mensurado com segurança; ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e, iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos. **Prêmios emitidos:** Os prêmios emitidos contemplam os prêmios contabilizados mais a parcela de prêmios estimados (EPI) a receber no período contábil de acordo com as características e tipos de negócios contratados, previstos nos contratos celebrados nos períodos contábeis atuais e anteriores, sendo reconhecidos na data do início de vigência do contrato de resseguro. Os prêmios estimados (EPI) a receber incluem eventuais ajustes que venham a surgir no período contábil para prêmios a receber com relação a prêmios emitidos em períodos contábeis anteriores.

**4. AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE CONTRATOS DE RESSEGUROS E PROVISÕES TÉCNICAS**  
As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP. A provisão de prêmios não ganhos é constituída pela parcela do prêmio retido correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata-die" e atualizada monetariamente, quando aplicável. A provisão de sinistros a liquidar é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data do balanço, de acordo com a responsabilidade da sociedade Resseguradora. A provisão de sinistros ocorridas mas não avisados (IBNR), é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data do balanço, o cálculo é realizado através da Circular SUSEP nº 283/2005. A provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER), é constituída, por meio de estimativa, para complementar à IBNR na cobertura do desenvolvimento dos sinistros ocorridos que tenham sido avisados ou não e que não foram pagos, visando adequar o passivo com o estudo do índice de sinistralidade histórica em relação a sinistralidade apurada através da PSL e BNR. A provisão de excedentes técnicos (PET) é constituída para os contratos onde existam cláusulas de comissões variáveis em função de sinistralidade e a participação em lucros e/ou perdas, estimando-se individualmente o valor destinado à distribuição de excedentes. Julgamento qualitativo adicional é utilizado para avaliar a extensão em que tendências passadas podem não se aplicar no futuro (por exemplo, para refletir ocorrências únicas, mudanças em fatores externos ou de mercado, como comportamentos do público em relação a sinistros, condições econômicas, níveis de inflação para sinistros, decisões judiciais e legislação, bem como fatores internos como composição de carteira, características da apólice e procedimentos para tratar de sinistros) de forma a determinar o custo final estimado de sinistros considerados possíveis e prováveis, levando em conta todas as incertezas envolvidas. Os ativos de retrocesso são representados por valores a receber de resseguradoras a curto e a longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) dos ativos junto aos retrocessionários. Os ativos de retrocesso são avaliados consistentemente com os passivos de resseguro que foram objeto de retrocesso e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos aos retrocessionários são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de retrocesso, consistente com o valor dos ativos de resseguro na medida em que são retrocedidos. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação de retrocesso são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos.

**5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**  
Composição das aplicações financeiras:

	2012			2011				
Títulos	% Categoria	Valor contábil	Valor mercado	Ganho e perdas não realizados	% Categoria	Valor contábil	Valor mercado	Ganho e perdas não realizados
<b>Ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>100%</b>	<b>134.345</b>	<b>134.345</b>	<b>-</b>	<b>100%</b>	<b>110.633</b>	<b>110.633</b>	<b>-</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5%	6.701	6.701	-	6%	6.176	6.176	-
<b>Fundos exclusivos:</b>								
Over (*)	90%	121.323	121.323	-	64%	70.725	70.725	-
Títulos da Dívida Agrária - TDA	5%	6.321	6.321	-	30%	33.732	33.732	-
<b>Ativos financeiros mantidos até o vencimento</b>	<b>100%</b>	<b>57.188</b>	<b>68.058</b>	<b>(10.870)</b>	<b>100%</b>	<b>50.504</b>	<b>54.331</b>	<b>(3.827)</b>
<b>Fundos exclusivos:</b>								
Over	79%	44.981	52.196	(7.295)	85%	42.853	46.144	(3.291)
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	21%	12.287	15.862	(3.575)	15%	7.651	8.187	(536)
<b>Total geral</b>	<b>100%</b>	<b>191.533</b>	<b>202.403</b>	<b>(10.870)</b>	<b>100%</b>	<b>161.137</b>	<b>164.964</b>	<b>(3.827)</b>

(\*) Composto substancialmente de títulos públicos.

**6. PRÊMIOS A RECEBER E RETROCEDIDOS (EPI)**  
a) Composição dos prêmios a receber e retrocedidos:

	2012		2011	
--	------	--	------	--

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

b) Movimentação dos prêmios a receber e retrocedidos:

	Prêmios a receber		Prêmios retrocedidos (*)	
	2012	2011	2012	2011
31 de dezembro de 2011	35.797	38.067	19.371	28.848
Constituições (reversões)	37.253	(12.270)	15.700	(9.472)
31 de dezembro de 2012	73.050	35.797	35.071	19.371

a) Fluxo de realização dos prêmios a receber e retrocedidos: c.1 Prazos médios de recebimento:

A Companhia possui diversos contratos de resseguro, os quais possuem acertos e prazos médios de pagamentos distintos, conforme demonstrado a seguir:

	Prêmios a receber	
	2012	2011
Parcelamento	60 dias	60 dias

c.2 Prazos médios de realização por data de vencimento:

	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
Vincendos				
1 a 30 dias	63.140	18.318		
31 a 60 dias	8.405	16.943		
61 a 120 dias	1.505	536		
Total de Prêmios a Receber	73.050	35.797		

Os critérios de realização foram compostos de acordo com o prazo de envio da prestação de contas definido no contrato de resseguro.

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	2012	2011
Circulante		
Antecipação do imposto de renda	5.733	3.247
Antecipação da contribuição social	3.460	1.969
Imposto de renda sobre adições temporárias (a)	732	122
Contribuição social sobre adições temporárias (a)	440	73
Impostos retidos órgãos públicos	113	11
Contribuição social sobre o lucro líquido a compensar	51	31
Imposto de renda retido na fonte a compensar	5	7
PIS a compensar	3	3
COFINS a compensar	3	3
Outros impostos	7	1
Total	10.590	5.540

(a) O imposto de renda e a contribuição social incidente sobre as adições temporárias são realizadas no momento da reversão da constituição da respectiva provisão.

8. ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O imobilizado e intangível está composto como segue:

	2012					Imobilizado líquido
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Saldo final	Depreciação	
Imobilizado						
Imóveis	4.305	-	4.305	(60)	4.245	
Móveis e utensílios	364	(1)	363	(50)	313	
Veículos	46	-	46	(20)	26	
Equipamentos e softwares	94	59	152	(40)	112	
Total	4.809	59	4.866	(170)	4.696	

(a) O valor registrado na rubrica de "Imóveis" compreende o terreno e a edificação onde está localizado o escritório de propriedade da Resseguradora. Em dezembro de 2011, após a conclusão do laudo de avaliação do imóvel realizada por empresa especializada, a Resseguradora recalculou a depreciação anual do imóvel cuja vida útil passou de 25 anos para 50 anos, cujo imóvel ficará com um valor residual de R\$ 1.400.

	2012		
	Saldo inicial	Amortização	Intangível líquido
Intangível			
Beneficiárias	44	(24)	20
Total	44	(24)	20

	2011		
	Saldo inicial	Amortização	Intangível líquido
Intangível			
Beneficiárias	98	(54)	44
Total	98	(54)	44

9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro, as operações com partes relacionadas estão assim apresentadas:

Partes relacionadas	2012		2011	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
MAPFRE RE Cia. de Resseguros S.A.				
Prêmios cedidos em retrocessão	(42.674)	(49.731)	(30.725)	(63.429)
Recuperação de sinistros	25.276	59.784	10.792	39.263
Outras receitas operacionais	-	2.389	-	3.857
Operações de retrocessão	(798)	3.629	(8.798)	(1.231)
Outros créditos a receber	379	-	7.501	-
Grupo MAPFRE Brasil	18.958	(7.395)	13.545	25.026

14. PROVISÕES TÉCNICAS

Detalhamento das provisões técnicas

	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)		Sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)		Sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)		Provisão de sinistros a liquidar (PSL)		Provisão de excedentes técnicos (PET)		Total	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Patrimonial	72.194	43.223	43.873	8.204	14.052	8.277	127.940	77.584	704	512	258.764	137.800
Pessoas Coletivo	18.508	12.613	10.314	2.858	4.429	2.899	5.324	3.568	2.940	27	41.515	21.965
Riscos Financeiros	11.853	9.641	7.669	4.480	4.254	4.529	17.987	7.429	1.544	1.143	43.307	27.222
Rural	5.182	7.794	5.771	991	1.484	992	12.471	8.159	-	-	24.908	17.936
Habitacional	4.128	1.961	940	620	462	638	430	180	45	-	6.005	3.399
Marítimos	4.030	2.361	1.005	507	366	512	2.837	2.039	300	90	8.538	5.509
Responsabilidade Civil	2.688	1.362	1.526	619	603	623	3.334	2.411	-	47	8.151	5.062
Automóvel	1.230	335	182	167	83	168	59	66	-	-	1.554	736
Transportes	920	792	9.299	1.070	2.251	1.073	22.739	1.799	-	-	35.209	4.734
Pessoas Individual	371	559	120	75	120	77	7	7	7	4	629	715
Aeronáuticos	80	96	276	270	62	270	2.336	1.842	-	-	2.754	2.478
Riscos Especiais	4	59	28	5	6	5	-	-	-	-	38	69
Provisões técnicas brutas	121.188	80.796	81.013	19.866	28.174	20.063	195.457	105.077	5.540	1.823	431.372	227.625
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	(35.795)	(19.890)	(31.029)	(3.873)	(6.891)	(3.243)	(124.651)	(51.677)	(287)	(205)	(198.653)	(78.889)
Pessoas Coletivo	(8.539)	(7.610)	(4.936)	(1.873)	(1.525)	(1.550)	(8.517)	(1.059)	(1.356)	(123)	(24.873)	(11.905)
Riscos Financeiros	(8.952)	(7.491)	(6.791)	(3.849)	(3.593)	(3.208)	(17.577)	(4.718)	(1.246)	(883)	(38.159)	(20.149)
Rural	(5.172)	(7.739)	(5.742)	(990)	(1.006)	(744)	(11.130)	(8.756)	-	-	(23.050)	(18.229)
Habitacional	(792)	(688)	(188)	(230)	(188)	(230)	(64)	(118)	-	-	(1.135)	(1.227)
Marítimos	(2.001)	(1.147)	(474)	(230)	(155)	(195)	(1.439)	(493)	(144)	(39)	(4.213)	(2.104)
Responsabilidade Civil	(1.104)	(685)	(589)	(294)	(209)	(242)	(798)	(711)	-	(19)	(2.200)	(1.951)
Automóvel	(836)	(168)	(107)	(69)	(52)	(52)	(38)	(135)	-	-	(1.033)	(423)
Transportes	(67)	(316)	(7.563)	(700)	(1.066)	(530)	(20.806)	(767)	-	-	(29.502)	(2.313)
Pessoas Individual	(21)	(278)	(36)	(37)	(34)	(43)	-	-	(2)	-	(93)	(358)
Aeronáuticos	(80)	(96)	(241)	(270)	(34)	(200)	(2.336)	(1.842)	-	-	(2.691)	(2.408)
Riscos Especiais	-	(24)	(7)	(2)	(1)	(2)	-	-	-	-	(8)	(28)
Retrocessão	(63.359)	(46.132)	(57.703)	(12.218)	(14.603)	(10.253)	(187.410)	(70.222)	(3.035)	(1.159)	(326.110)	(139.984)
Provisões técnicas líquidas	57.829	34.664	23.310	7.648	13.571	9.810	8.047	34.855	2.505	664	105.262	87.641

Passivos de contratos de resseguros - Movimentação:

	2012		2011	
	Prêmio emitido bruto	Prêmio emitido líquido (a)	Prêmio emitido bruto	Prêmio emitido líquido (a)
Patrimonial	167.069	129.822	109.057	86.119
Pessoas Coletivo	56.478	53.889	19.915	17.589
Riscos Financeiros	23.271	15.598	20.936	13.880
Transporte	13.402	12.766	6.726	6.210
Marítimo	7.009	5.585	5.408	4.328
Habitacional	6.835	4.686	3.435	2.239
Responsabilidade Civil	6.160	4.662	3.941	3.100
Rural	6.088	4.565	23.582	17.648
Automóvel	1.653	1.603	629	629
Vida Individual	1.032	1.032	99	99
Riscos Especiais	361	361	629	210
Aeronáuticos	131	131	14	25
Total	289.489	234.700	194.824	152.968

(a) O valor informado composto está líquido das despesas de comercialização.

	2012		2011	
	Prêmio emitido bruto	Prêmio emitido líquido (a)	Prêmio emitido bruto	Prêmio emitido líquido (a)
Reais - BRL	214.682	146.617	109.057	86.119
Dólar - USD	20.018	6.351	20.018	6.351
Total	234.700	152.968	129.075	92.470

A tabela abaixo apresenta a concentração de passivos de contratos de resseguro dos ramos elementares por tipo de contrato.

	2012		2011	
	Patrimonial	Pessoas Coletivo	Riscos Financeiros	Rural
Patrimonial	258.764	137.800	43.307	27.222
Pessoas Coletivo	41.515	21.965	24.908	17.936
Riscos Financeiros	43.307	27.222	6.005	3.399
Rural	24.908	17.936	8.538	5.509
Habitacional	6.005	3.399	8.151	5.062
Marítimos	8.538	5.509	1.554	736
Responsabilidade Civil	8.151	5.062	35.209	4.734
Automóvel	1.554	736	629	715
Transportes	35.209	4.734	2.754	2.478
Pessoas Individual	361	361	38	69
Aeronáuticos	2.754	2.478	-	-
Riscos Especiais	38	69	-	-
Total	431.372	227.625	194.824	152.968

Principais premissas: A principal premissa relativa às estimativas de passivos é a evolução de sinistros futuros da Companhia que seguirá um padrão semelhante ao de sinistros passados. Isso inclui premissas relativas ao custo médio de sinistros, custo de tratamento de sinistros, fatores de inflação sobre o valor e número de sinistros para cada exercício, tendo o fato que não observamos nenhum fator futuro que altere esta premissa. Sensibilidade: Os passivos de contratos de resseguro dos ramos elementares são sensíveis às principais premissas apresentadas acima. A análise a seguir é realizada para variações razoavelmente possíveis nas principais premissas, mantendo todas as demais premissas constantes, mostrando o impacto sobre passivo bruto e líquido, lucro antes dos impostos e patrimônio líquido. A correlação de premissas terá um efeito significativo na determinação do passivo por sinistros contido, para demonstrar o impacto de mudanças nas premissas, essas tiveram que ser alteradas de forma individual. As variações nas referidas premissas não são lineares.

	Variação das premissas	Bruto de resseguros	Resseguros	Impacto sobre o lucro antes dos impostos	Impacto sobre o patrimônio líquido (*)
Elevação nas provisões de sinistros	6%	(16.308)	(15.149)	(1.159)	(695)
Redução nas provisões de sinistros	6%	16.308	15.149	1.159	695

(\*) O impacto sobre o patrimônio líquido reflete ajustes de impostos.

Tabela de evolução de sinistros: As tabelas a seguir apresentam a estimativa de sinistros incorridos acumulados, incluindo sinistros reportados para cada exercício subsequente na data do balanço, juntamente com pagamentos acumulados até a presente data. As informações sobre a evolução de sinistros divulgadas estão sendo efetuada pelo período de 2009 a 2012, uma vez que o início de suas operações se deu em 2009.

	Ano de subscrição do contrato				
	2009	2010	2011	2012	Total
Montante avisado de sinistros	28.387	27.790	33.529	97.538	97.538
No ano após o ano de subscrição	78.563	126.617	157.888	-	157.888
Dois anos após o ano de subscrição	95.690	163.357	-	-	163.357
Tres anos após o ano de subscrição	98.459	-	-	-	98.459
Total de sinistros avisados até a data-base (2012)	98.459	163.357	157.888	97.538	517.242

	Ano de subscrição do contrato				
	2009	2010	2011	2012	Total
Montante avisado de sinistros	6.376	17.221	16.483	86.256	86.256
No ano após o ano de subscrição	29.303	86.872	162.635	-	162.635
Dois anos após o ano de subscrição	38.072	101.473	-	-	101.473
Tres anos após o ano de subscrição	38.222	-	-	-	38.222
Total de sinistros avisados até a data-base (2012)	38.222	101.473	162.635	86.256	388.586

	Ano de subscrição do contrato				
	2009	2010	2011	2012	Total
Montante avisado de sinistros	33.204	71.320	68.103	28.549	201.176
No ano após o ano de subscrição	5.018	30.153	94.532	57.707	187.410
Dois anos após o ano de subscrição	85.712	109.411	91.392	-	276.515
Tres anos após o ano de subscrição	12.747	53.946	66.496	62.268	195.457

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011** (Em milhares de Reais)**18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as apurações de imposto de renda e contribuição social estão assim representadas:

Descrição	Imposto de Renda		Contribuição social	
	2012	2011	2012	2011
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>25.357</b>	<b>18.732</b>	<b>25.357</b>	<b>18.732</b>
Juros sobre capital próprio	(5.880)	(5.389)	(5.880)	(5.389)
Participações	(306)	(323)	(306)	(323)
<b>Resultado ajustado</b>	<b>19.171</b>	<b>13.020</b>	<b>19.171</b>	<b>13.020</b>
Adições (exclusões) temporárias:				
Provisão para participação nos lucros	12	84	12	84
Outras Provisões	2.550	39	2.550	39
Adições (exclusões) permanentes:				
Brindes	21	21	21	21
Outras	62	67	62	67
<b>Lucro fiscal do exercício</b>	<b>21.816</b>	<b>13.231</b>	<b>21.816</b>	<b>13.231</b>
<b>Total de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(5.430)</b>	<b>(3.284)</b>	<b>(3.273)</b>	<b>(1.985)</b>
Tributos sobre adições temporárias	640	31	385	18
Créditos tributários de exercícios anteriores	-	42	-	14
<b>Incentivos Fiscais</b>				
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT	15	14	-	-
<b>Total dos impostos</b>	<b>(4.775)</b>	<b>(3.197)</b>	<b>(2.888)</b>	<b>(1.953)</b>
<b>Taxa efetiva</b>	<b>24,91%</b>	<b>24,55%</b>	<b>15,06%</b>	<b>15,00%</b>

**19. OUTRAS INFORMAÇÕES**

a) A Companhia mantém apólices de seguro em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas em seus ativos e reparar possíveis danos pessoais e materiais causados a terceiros. A cobertura dos seguros, 31 de dezembro, no montante total de R\$ 2.835 (R\$ 2.835 em 2011), inclui: (i) riscos patrimoniais no valor de R\$ 2.165 (R\$ 2.165 em 2011), principalmente no que se refere a incêndio, queda de raios, explosões, danos elétricos; (ii) riscos empresariais no valor de R\$ 170 (R\$ 170 em 2011), principalmente relacionados a roubos e furtos qualificados de máquinas, móveis e equipamentos de informática; e, (iii) riscos de responsabilidade civil no valor de R\$ 500 (R\$ 500 em 2011). b) A Resseguradora proporciona e administra plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o período totalizaram R\$ 76 (R\$ 66 em 2011); c) A Resseguradora não possui processos em demanda judicial que impactam em perdas patrimoniais e financeiras.

**20. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS EXISTENTES QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR E NÃO FORAM ADOPTADAS ANTECIPADAMENTE PELA SEGURADORA**

As revisões da IAS 32 "Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros" explicam o significado de "atualmente tem o direito legal de compensação". As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não

deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. As revisões da IFRS 7 "Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros" exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com a IAS 32. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais em ou após 1º de janeiro de 2013. O IFRS 9 "Instrumentos Financeiros" (emitido em novembro de 2009) é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização da Companhia para seus ativos financeiros no momento de sua adoção. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015. A IFRS 13 "Mensuração do valor justo" estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

**DIRETORIA**

**Diretor Presidente:**  
Juan Bosco Francoç Olagüe

**Diretores Estatutários:**  
Antonio Clemente Campanario  
Ramón Aymerich Portuondo

**Diretores:**  
Adriana Mantuaneli  
Fredri Martins Curquejo  
Ricardo S. Mariano

**Contador:**  
Valdirene Veiga da Silva  
CRC 15P200328/O-7

**Atuário:**  
Roberto Carlos Pereira Lago  
MIBA nº 0835

**PARECER ATUARIAL**

Ilmo Srs.  
Administradores e Acionistas da **MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros**  
Examinamos todas as provisões técnicas registradas no balanço patrimonial da MAPFRE RE do Brasil, levantado em 31 de dezembro de 2012 e 2011, com o objetivo específico de expressar uma opinião sobre as referidas provisões técnicas, em atendimento a resolução CNSP nº 135 de 11 de outubro de 2005, a circular SUSEP nº 272, 22 de outubro de 2004 e Circular SUSEP nº 457, de 14 de dezembro de 2012.

Os exames realizados foram conduzidos em conformidade com técnicas e metodologias atuariais e estatísticas conhecidas e aplicáveis no Brasil. Foram reavaliadas as Provisões técnicas: Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR), Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER), Sinistros a Liquidar, Prêmios Não Ganhos (PPNG), Riscos Vigentes mas Não Emitidos (RVNE) e Excedentes Técnicos. Em nossa opinião, as provisões técnicas acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, todas as obrigações definidas na legislação vigente e estão refletidas nas demonstrações

financeiras de 31 de dezembro de 2012 e 2011, com valores consistentes e desvios padrões suficientemente assertivos.

São Paulo 27, de fevereiro de 2013

**Ramon Aymerich Portuondo**  
Diretor Técnico Responsável

**Roberto Carlos Pereira do Lago**  
Atuário - MIBA nº 0835

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos  
Administradores e acionistas da  
**MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros**  
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos Auditores Independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras individuais. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.  
**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2013

**ERNST & YOUNG TERCO**  
Quality In Everything We Do

**ERNST & YOUNG TERCO**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-25P015199/O-6

**Patrícia di Paula da Silva Paz**  
Contador CRC-15P198827/O-3